

Internacionalización

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: MÚTIPLAS FORMAS, NOVAS POSSIBILIDADES

Marília Costa Morosini

Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora aposentada IFCH/UFRGS. Coordenadora do Centro de Estudos em Educação Superior (CEES) da PUCRS. Pesquisadora 1A Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pós-doutorado no Institute of Latin America Studies/LLILAS/UTexas at Austin.
marilia.morosini@puhrs.br

Egeslaine de Nez

Professora da Faculdade de Educação (Faced) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em Educação com estágio pós-doutoral na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É Líder do Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU/Unemat/UFMT).
e.denez@yahoo.com.br

Manuir José Mentges

Vice-reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Membro do conselho de Administração da Rede de colégios Marista Brasil e da União Sul Brasileira de Educação e Assistência. Professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Educação (PUCRS). Doutor em Educação (PUCRS).
manuir.mentges@puhrs.br

Considerações iniciais

Esse ensaio reflete sobre a internacionalização tendo como inspiração o território latino-americano. De uma dimensão restrita a programas de pós-graduação, voltada à pesquisa, centrada em indivíduos, pesquisadores e estudantes; a internacionalização se expande com o processo de globalização e passa a ser focada no ensino. Essa mudança de uma posição periférica para uma posição central no contexto das instituições se reflete no desenvolvimento de um arcabouço burocrático para a garantia da qualidade nos níveis global/regional, nacional e institucional.

Por estar imbricada na missão das instituições, a internacionalização é atravessada por fatores internos (desde as questões econômicas até as identitárias) e externos (guerras, tensões, imigração, entre outros) que a atingem e se adaptam constantemente mediante a necessidade de novas formas e possibilidades que surgiram.

O Brasil ocupa o 84º lugar no *ranking* mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com 2.457 instituições de Educação Superior, com 8,680 milhões de matrículas em 41.953 cursos de graduação (Inep, 2020).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico destaca que o Brasil possui 1,4% de alunos estudando fora do país (internacionalização ativa) e apenas 0,4% em mobilidade passiva. O Sistema de Informações Georreferenciadas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes explicita que, no ano de 2020, 2.463 das bolsas financiadas foram para doutorado-sanduíche, seguidos por 786 para professores visitantes em países como: Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, entre outros.

A diversificação das parcerias internacionais e o aumento do fluxo de estudantes brasileiros com bolsa Capes no exterior são expressivos de 2015/2020 segundo a Diretoria de Relações Internacionais. Em relação à mobilidade passiva, em 2020, 23,9% dos estudantes estrangeiros matriculados no Brasil eram provenientes do continente africano. Angola foi o país com o maior número de alunos estrangeiros.

Internacionalização em Casa (IaH)

Durante muito tempo, a internacionalização foi compreendida como intercâmbios acadêmicos. Com a virtualização proposta pela pandemia, foi necessário reinven-

tar formas para a internacionalização alcançar seu objetivo de proporcionar a interação/socialização entre países. Na atualidade, há uma tendência no fortalecimento dos processos de internacionalização em casa, caracterizados pela integração intencional das dimensões internacional e intercultural no currículo formal e informal para todos os estudantes dentro dos ambientes de aprendizado universitário e de internacionalização do currículo (IoC), que preveem a incorporação das dimensões internacional, intercultural e/ou global nos conteúdos curriculares assim como na aprendizagem.

Assim, aposta-se num novo olhar na busca de um modelo sustentável de internacionalização. Para os países em desenvolvimento a IaH é imprescindível no fortalecimento da equidade. No Brasil, somente 2% dos estudantes que concluem a graduação tiveram uma experiência internacional curricular. Essa modalidade com olhar inclusivo e sustentável tem a potencialidade de estender a uma maioria dos estudantes um processo internacional e intercultural de formação universitária. Pode-se dizer que a IaH seja inclusiva na medida em que inclui culturas, povos, países, etnias, conhecimento e realidades multiculturais no currículo formal das universidades. E, na abordagem sustentável, ela se consubstancia em um ensino internacionalizado na instituição sem deslocamentos físicos para outros países. Para o Sul Global, a implantação da IaH é um dos fatores positivos, pois possibilita a ampliação da internacionalização para classes menos favorecidas economicamente que não têm a possibilidade de intercâmbio.

Nessa direção, uma variedade de instrumentos e técnicas pode ser utilizada: palestras com convidados de empresas e universidades parceiras internacionais, estudos e práticas de casos internacionais, literatura internacional, enfim, possibilidades essas que estão ancoradas nas redes colaborativas e que conseguem acontecer com o suporte *on-line*.

Esse tipo de internacionalização é uma das estratégias do campo científico da educação superior. É importante considerar que, nas funções universitárias de ensino e pesquisa, os docentes têm papel primordial na constituição da IaH e, decorrente dessa certeza, a formação de professores é elemento decisivo nesse processo no Brasil.

Redes colaborativas

As redes colaborativas entre pessoas ou organizações sempre estiveram presentes na história da sociedade. No entanto, elas surgem com mais força a partir das últimas décadas do século XX, especialmente mobilizadas pela globalização, a partir de cenários mais competitivos com maior disponibilidade de tecnologia e interações por meio das mídias e diferentes possibilidades de relacionamento entre pessoas e organizações.

A partir dos anos 1970, antropólogos e sociólogos começaram a investigar e compreender as relações humanas na perspectiva da organização em sociedade. No campo da administração, diferentes formas e tipologias de redes passam a ser adotadas, transbordando o conceito para diferentes áreas do conhecimento. O termo rede, ou *networks*, é bastante diverso e abordado por diferentes teorias e se constituiu a partir de objetivos comuns, interação e um formato de organização (governança) entre os agentes.

A partir da interação entre os agentes (nós) se pode afirmar que o coletivo ou um grupo de pessoas ou instituições é mais eficaz e inteligente do que o indivíduo ou a organização atuando de forma isolada. Dessa forma, isso traz ganhos coletivos, como a inovação colaborativa, o aprendizado compartilhado, a redução de custos, dentre outros.

Impulsionadas pelas diretrizes de organismos internacionais (Unesco e OCDE), as redes colaborativas na Educação Superior nascem da intenção de duas ou mais organizações de se colaborarem a partir de objetivos comuns, de oportunidades ou desafios. Em geral, nascem na interação entre lideranças, professores, pesquisadores ou estudantes na busca de objetivos comuns que dificilmente seriam alcançados de outro modo individual.

Referem-se a parcerias entre sujeitos ou organizações visando compartilhar conhecimento, experiências e recursos para enriquecer o ambiente de aprendizagem. Essas redes podem assumir diversas formas, como associações, consórcios, plataformas on-line de colaboração, programas de intercâmbio e projetos de pesquisa e de colaboração.

Também promovem a troca de ideias e experiências, abordagens inovadoras de ensino, o estímulo à cooperação entre estudantes e professores de diferentes origens e o acesso a recursos e serviços. Elas ampliam as oportunidades de aprendizado interdisciplinar, fornecem suporte para o desenvolvimento profissional e aumentam a visibilidade e a influência das instituições no cenário global. Estudantes e professores têm a oportunidade de participar de programas de mobilidade e intercâmbio, cursos conjuntos e projetos de pesquisa colaborativa em diferentes países. Isso não apenas enriquece suas experiências, mas também contribui para o desenvolvimento de uma rede global de contatos profissionais.

A universidade deve atuar como vetor de desenvolvimento da sociedade. As redes são um dos caminhos para fomentar a inter-relação das pessoas e instituições em nível local, nacional ou internacional. Além disso, essas relações que se estabelecem favorecem a promoção da inovação alavancando a relação com os agentes que compõem a quádrupla hélice: a universidade, sociedade, governo e empresas.

Nesse contexto, é crucial lidar com desafios como diferenças culturais, barreiras linguísticas, gestão da colaboração e equidade no acesso aos benefícios. Uma estrutura de governança, mecanismos eficazes de comunicação, engajamento e senso de propósito compartilhado são fundamentais para garantir esse processo.

No Brasil, existe uma diversidade de redes com diferentes objetivos. Um dos exemplos é a Associação Brasileira de Instituições Comunitárias de Educação Superior (Abruc), que foi criada em 1995 com o objetivo articular ações entre as instituições e fortalecer o papel das Universidades comunitárias junto ao governo e à sociedade. As instituições comunitárias, segundo a perspectiva da Abruc, são caracterizadas pela ausência de finalidade lucrativa, direcionando os recursos para reinvestimento em suas atividades. Esse modelo de instituição não está vinculado a investidores, sendo mantido por comunidades, igrejas ou congregações, de natureza confessional ou laica.

A Associação das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul (Comung) se configura como uma entidade representativa e colaborativa, reunindo instituições de ensino superior comprometidas com os princípios fundamentais das universidades comunitárias. Sua criação e atuação se baseiam na necessidade de promoverem a integração entre essas instituições, visando ao fortalecimento de suas identidades e missões educacionais. No contexto específico do estado do Rio Grande do Sul, a as-

sociação desempenha um papel crucial na articulação de esforços para enfrentarem desafios comuns, compartilhando boas práticas e promovendo a colaboração em iniciativas acadêmicas, científicas e culturais. Ao reunir universidades comunitárias sob uma entidade unificadora, ela contribui significativamente para a consolidação e visibilidade dessas instituições no cenário educacional e social na região sul do Brasil.

Apontamentos finais

O desafio que aflora com força é a implantação da internacionalização *at home*, visto que se baseia nesse modelo sustentável de internacionalização. Isso traz outras formas de internacionalização que respeitem a interculturalidade e as diferenças socioeconômicas-culturais. Além disso, múltiplos olhares da IaH se desvelam no global-sul.

Considerando a proposição mundial de busca do desenvolvimento sustentável, a Internacionalização deve tornar-se um processo integrador das dimensões internacional e intercultural. Isso advém de interações sustentadas por redes colaborativas, com blocos socioeconômicos desenvolvidos e em desenvolvimento e com outros que valorem múltiplas culturas, diferenças e tempos, fortalecendo e irradiando a capacidade científica tecnológica nacional e mantendo viva a conexão local/global/local.

También le puede interesar:

En este mismo número de [ESAL](#) (Número 15):

Internacionalización endógena: Hacia una internacionalización más pertinente

En números anteriores:

DOCENCIA

[Ventajas de la movilidad virtual estudiantil latinoamericana a través de la Asociación de Universidades del Grupo de Montevideo \(AUGM\)](#)

INTERNACIONALIZACIÓN

[La Internacionalización “Madura”: Un Caso de Estudio](#)

[Internacionalización de la educación superior en Cuba. Contribución del proyecto FORGEC](#)